



## **EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: um desafio para a avaliação institucional?**

CRISTIANE APARECIDA DOS SANTOS BAGGI  
DORACI ALVES LOPES

### **RESUMO**

A evasão é um dos problemas educacionais que mais atingem as instituições de ensino superior, sejam públicas ou particulares, gerando graves consequências sociais e acadêmicas. O objetivo desta pesquisa é discutir e avaliar a produção teórica sobre os problemas da evasão e a avaliação institucional no ensino superior, comparando fontes bibliográficas nacionais, a fim de verificar até que ponto as discussões estão sendo levantadas nas políticas públicas da educação e sistematizar os principais argumentos do debate. O método utilizado neste estudo é o da pesquisa denominada estado da arte ou estado do conhecimento, definida como uma investigação de caráter bibliográfico, auxilia na discussão e no mapeamento da produção acadêmica, possibilitando destacar quais as formas e condições das teses e dissertações produzidas (FERREIRA, 2002). Para tanto consultamos as pesquisas relacionadas ao fenômeno da evasão e da avaliação institucional registradas no Banco de Dados de Teses e Dissertações, encontramos a discussão nas diferentes áreas das ciências e do nível infantil ao ensino superior. Para definirmos o *corpus*, focamos na área da educação e no ensino superior e localizamos uma tese e três dissertações. Percebemos, até o momento, que existe uma lacuna em termos de reflexão teórica e metodológica sobre o tema, bem como são poucas as instituições de ensino superior com programas específicos para combater a evasão. Estudos apontam que a avaliação institucional pode ser um importante instrumento de auxílio na redução da evasão escolar.

**Palavras-chave:** Evasão Escolar. Ensino superior. Avaliação Institucional



## Introdução

O trabalho na área financeira de uma universidade particular da região metropolitana de Campinas despertou nosso interesse, do qual resultou questionamentos sobre quais as razões que levam o aluno do ensino superior a evadir-se e como a Educação tem debatido esse problema.

Na pós-graduação pudemos aprofundar-nos nas pesquisas realizadas no Brasil, desvelando conceitos e métodos para análises qualitativas e quantitativas, descobrindo como se dá esse espaço de reflexões. Este artigo tem o intuito de sintetizar a pesquisa que está sendo realizada no Mestrado em Educação da PUC Campinas, no grupo de pesquisa Qualidade de Ensino, cuja linha refere-se a Estudos de Avaliação.

O objetivo deste artigo é abordar a produção teórica sobre os problemas da evasão e da avaliação institucional no ensino superior, para verificar até que ponto essas discussões estão sendo levantadas nas políticas públicas da educação. O desafio é sistematizar os principais argumentos do debate nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou particulares e possíveis ações, no sentido de compreendê-la.

Pretendemos com os resultados desta pesquisa, contribuir para o aprofundamento da questão acerca do fenômeno da evasão no ensino superior, especialmente no que se refere às pesquisas que foram realizadas no Brasil.

A evasão escolar trata-se de um fenômeno social definido como interrupção no ciclo de estudos (GAIOSO, 2005). É um dos problemas que preocupam as instituições de ensino em geral, sejam públicas ou particulares. A saída de alunos provoca graves consequências sociais, acadêmicas e econômicas. A pesquisa de Silva Filho (2007) aponta que, no período entre 2000 e 2005, no conjunto formado por todas as IES do Brasil, a evasão média foi de 22%, atingindo 12% nas públicas e 26% nas particulares. Afirma ainda que são poucas as IES que possuem um programa institucional regular de combate à evasão, com planejamento de ações, acompanhamento de resultados e coleta de experiências bem sucedidas.

É possível desenvolver esse programa de combate à evasão por meio da avaliação institucional nas IES, a qual é um importante instrumento pedagógico e de gestão exigido pela Lei de Diretrizes e Bases (1996). Os resultados decorrentes dos processos de auto-avaliação, avaliação interna e a avaliação externa, possibilitam a tomada de decisões pelos administradores, que podem fazer as correções necessárias nos segmentos que apresentem problemas (BOTH, 1998).

O método da pesquisa denominada estado da arte ou estado do conhecimento, definida como de caráter bibliográfico, auxilia na discussão e no mapeamento da produção acadêmica, possibilitando destacar quais as formas e condições das teses e dissertações produzidas (FERREIRA, 2002). Nesse caso, o desafio é pensar a relação entre a evasão e a avaliação institucional e o objetivo é combinar pesquisas qualitativas e quantitativas, para apreender a realidade estudada em toda a sua complexidade (COSTA, 1987; MINAYO, 2002).



## A evasão no ensino superior no Brasil nas últimas décadas

De acordo com Barreiro e Terribili (2007), as sociedades modernas, na fase da globalização da economia veem o ensino superior como importante forma de inserção dos indivíduos na sociedade e no mercado de trabalho. Por isso, há muita pressão para um aumento contínuo do número de vagas, intensificada pela globalização. A partir de 1990 iniciam-se várias reformas nos sistemas públicos de ensino, vinculados à redefinição do Estado e orientados por organismos internacionais. Nesse contexto, estão presentes as premissas econômicas de racionalização dos gastos públicos, para dotar de maior eficiência os sistemas educativos.

Para atingir essas metas, foram utilizados os mesmos meios empregados por outras políticas públicas, a exemplo da Saúde e da Previdência Social. A descentralização da gestão, do financiamento e a criação de políticas compensatórias, que focalizavam os programas e as populações beneficiárias, proporcionaram a privatização seletiva dos serviços e a desregulamentação que ocasionaram a supressão de direitos legais e permitiram o ingresso do setor privado, antes controlado pelo Estado, no meio educacional. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) limitou suas funções à regulação e ao controle das políticas públicas, com a fixação de referenciais curriculares e a promoção de programas para formação de educadores que, de forma direta, condicionaram as transferências de recursos federais à adesão das instâncias subnacionais do governo aos programas (DI PIERRO, 2001).

O processo de definição de políticas públicas reflete os vários interesses dos círculos de poder entre o Estado e a sociedade, tendo em vista que certos grupos organizados politicamente exercem o poder de pressão e articulação no processo de estabelecimento de seus pleitos em busca da ampliação de seus direitos sociais. Para vários autores, a administração pública deve atender à sociedade, não privilegiando determinados grupos, e ter programas universalizantes que proporcionem a reversão das desigualdades sociais (OLIVEIRA, 2007; HOFLING, 2001; DI PIERRO, 2001).

Segundo Corbucci (2004), são muitas as argumentações para o estado atual das IES particulares, mas devemos lembrar que estas vêm preencher uma lacuna deixada pelo Estado devido ao processo de ajuste fiscal dos anos de 1990, que não conseguiu atender à crescente demanda de vagas no ensino superior. O setor público federal, em sua fase neoliberal, fortaleceu a expansão na oferta de vagas e o aumento de matrículas no setor privado, dada a sua desregulamentação no que se refere à flexibilização dos requisitos para a criação de cursos e instituições.

A desregulamentação provocou um aumento do número de IES, em razão da qual constatou-se um crescimento de 5,3 vezes maior no número de vagas nos cursos de graduação no setor privado no período entre 1980 e 2002 (PINTO, 2004).

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a taxa de crescimento das matrículas nos cursos de graduação do setor privado, no período de 1997 a 1998, foi da ordem de 11,4% e, desde então, as taxas anuais de



crescimento oscilaram de 15,7% a 17,5%. Cabe ainda mencionar a evolução do número de IES, que de 882, em 1980, passou a 2.281, em 2007. A participação das universidades particulares subiu de 77,3% para 89,1%.

Barreiro e Terribili (2007) analisam o resultado das políticas neoliberais e sua tendência em continuar com a expansão das IES particulares a partir da década de 1980. As políticas públicas compensatórias continuam a financiar o ensino privado por meio de certas ações como o Programa Universidade para Todos (ProUni), que proporciona a transferência de recursos públicos para as instituições privadas pela isenção de impostos. Infelizmente, a questão da qualidade de formação oferecida não está em pauta nessas políticas, as quais valorizam mais o acesso às instituições conveniadas.

O número de matrículas no ano de 1960 era de 226.218, segundo dados do Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino superior (NUPES). Destas, 58,5% (132.250) estavam em instituições públicas, contra 41,5% (93.968) de matrículas em particulares (NUPES apud BARREIRO; TERRIBILI, 2007).

Em 1980, segundo dados do INEP, esse número passou para o total de 1.377.286 estudantes no ensino superior, sendo que 64,3% (885.040) desses matriculados estavam em instituições particulares, contra 35,7% (492.232) em públicas.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2007 realizado pelo INEP, o Brasil possuía nesse ano cerca de 4,8 milhões de estudantes matriculados nos cursos presenciais de graduação, sendo que 3,6 milhões estavam em instituições particulares, o que representava 74,6% do total. Ou seja, de cada dez estudantes na educação superior, sete estudavam em instituições particulares e apenas três em universidades públicas. Com relação ao turno de estudo, outra característica pode ser verificada, são 62,2% (3.009.533) de alunos matriculados em cursos noturnos e 91,8% (2.544.964) destes estão em instituições particulares.

Dentre as causas do crescimento do segmento de IES particulares, temos o ingresso de setores de classes menos favorecidas, particularmente nas últimas décadas.

Ainda segundo Barreiro e Terribili (2007), a Educação tornou-se um segmento de *business*, atraindo empresários incentivados pela sustentação dada pela legislação, com políticas e regulamentações que visam o atendimento da demanda crescente do ensino superior, mas deixam de lado questões relevantes como a qualidade do ensino e a formação de professores.

Quanto à evasão, dados do Censo da Educação Superior de 2003 apresentados por Cuculo (2004) apud Barreiro e Terribili (2007), revelam que somente 42% dos estudantes ingressantes conseguem concluir o ensino superior. Outra pesquisa do INEP, cujos resultados foram obtidos a partir de dados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) de 2004, demonstra que 24,4% dos ingressantes possuem uma renda de até três salários mínimos e, entre os concluintes, apenas 17,6% estão dentro dessa faixa de renda.

Diante desses números, seria necessário que o Estado propusesse políticas públicas para acompanhar os contornos que o problema da evasão assume e fizesse correções e investimentos sociais para assegurar não somente o acesso de alunos nas IES, mas a permanência e a conclusão do ensino superior em instituições de qualidade.



## Estudos sobre a evasão no ensino superior

Estudar a evasão é um campo vasto e complexo, que envolve questões pedagógicas, psicológicas, sociais, políticas, econômicas, administrativas, entre outras. Partindo da realidade verificada decorrente da relação evasão e avaliação institucional, indagamos sobre como os estudos ocorreram no Brasil.

Na busca da compreensão de como se dá a discussão da evasão no ensino superior, escolhemos a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologias (IBCT) para buscarmos subsídios para a nossa pesquisa. No período em que a realizamos (agosto de 2009), encontramos um universo de 87 instituições participantes, entre públicas e privadas, com 30.879 teses e 83.870 dissertações, gerando um total de 114.749 trabalhos.

Os trabalhos encontrados foram separados inicialmente pela discussão da “evasão escolar” no “ensino superior”, sendo desprezados os estudos que não estavam definidos em nosso objetivo, como as pesquisas encontradas com os termos “abandono escolar” (um resultado), que trata do ensino de jovens e adultos (EJA); “fracasso escolar” (59 resultados) entre teses e dissertações, sendo 52 sobre o ensino fundamental, 7 sobre o ensino médio. Em outras áreas, a bibliografia é muita diversificada para o termo “fracasso escolar”, como em administração (4), direito (1), economia (3) e psicologia (4). A área de educação apresentou seis trabalhos em ensino fundamental e sete sobre o ensino médio.

Após esse procedimento, para a análise do estado da arte, selecionamos exclusivamente autores da área de educação que trabalham o conceito de “evasão escolar” no ensino superior. O *corpus* definido para a análise textual ficou limitado a quatro trabalhos, sendo uma tese e três dissertações, da base BDTD, confirmando uma lacuna de discussões sobre o tema no ensino superior.

Em seguida, realizamos uma “desconstrução” dos trabalhos, tendo em vista a necessidade de sua categorização, destacando os elementos constituintes principais de cada autor. Para Moraes (2003), isso implica colocar, em foco, detalhes do pensamento, nas partes que o compõe, um processo que toda análise necessita para percebermos os sentidos dados pelo autor, embora haja limites para uma compreensão absoluta ou única de cada trabalho.

O trabalho de doutorado realizado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com o título “O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: condições de saída e de retorno à instituição”, de autoria de Soely Aparecida Jorge Polydoro, defendido no ano de 2000, tem como motivação o trancamento de matrícula no que se refere às condições envolvidas na saída e no retorno do estudante à instituição, a fim de compreender como se dá a inserção dessa modalidade de evasão na trajetória acadêmica do universitário” (p. ix). A pesquisa foi realizada a partir da escolha de um *campi* de uma universidade para resguardar as características do todo e delimitar a investigação. Os cursos escolhidos foram oferecidos no período de 1995 a 1999, em uma “instituição privada de caráter comunitário e confessional católico” (POLYDORO, 2000).



Elizene Maria Caliman de Sousa realizou sua dissertação na Universidade Católica de Brasília (UCB), com o título “Orientação profissional nos cursos de graduação: contribuições e limites”, defendida no ano de 2005, cujo objetivo foi “avaliar o reflexo do SOAPPE na orientação profissional e, conseqüentemente, na adaptação ao curso freqüentado ou escolha de outro, contribuindo, dessa forma, para reduzir a evasão (...)” (p.8). A pesquisa foi feita no Serviço de Orientação e Acompanhamento Psico-Pedagógico (SOAPPE) da Universidade Católica de Brasília, sendo dividida em duas etapas: a primeira refere-se ao preenchimento de formulários sobre o perfil socioeconômico da família do aluno que procurou o serviço no período de 2001 a 2004 e a segunda consiste na aplicação de um questionário sobre uma amostra de alunos que concluíram o programa de orientação profissional (SOUSA, 2005).

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rute Vera Maria Favero defendeu, em 2006, sua dissertação, com o título “Dialogar ou evadir: Eis a Questão! Um estudo sobre a permanência e a evasão na Educação a Distância”, a qual aborda a questão da evasão, especificamente no ensino a distância, a luz de uma perspectiva freireana e piagetiana, a partir da constatação da importância dos diálogos para a permanência do aluno no curso. O objetivo principal é “[...] verificar se o estabelecimento do diálogo, entre os alunos, em curso na modalidade à distância, influencia na permanência dos alunos no curso escolhido” (p. 18). A pesquisa foi sobre um curso ministrado aos professores da Educação Profissional das Escolas Técnicas do Rio Grande do Sul, denominado “Capacitação em Ambiente Virtual para EAD”, o qual foi promovido pela Escola Técnica da UFRGS, Núcleo de Educação a Distância do CEFET de Pelotas e pelo Núcleo de Multimídia e Ensino a Distância da Escola de Engenharia da UFRGS (FAVERO, 2006).

A dissertação realizada na Universidade de Brasília (UNB) por Claudete Batista Cardoso, “Efeitos da Política de Cotas na Universidade de Brasília: uma Análise do Rendimento e da Evasão”, defendida em 2008, cujo objeto é o sistema de cotas da Universidade de Brasília (UnB), instituído no ano de 2003. Este estudo busca interpretar a motivação da integração social, étnica e racial, por meio da reserva de vagas para negros e indígenas (cotistas), incentivo à permanência destes e um programa de apoio ao ensino público do Distrito Federal. O objetivo é analisar a demanda de candidatos cotistas e não-cotistas da UnB, caracterizá-los, analisar seu desempenho e rendimento no curso em que foram aprovados e, ainda, levantar a evasão desse universo. As informações provêm de bancos de dados do processo seletivo dos segundos semestres dos anos de 2004, 2005 e 2006 e do rendimento acadêmico a partir do segundo semestre de 2004 até o segundo semestre de 2006 (CARDOSO, 2008).

Nas abordagens metodológicas, temos pesquisas documentais e etnográficas, análises quantitativas, qualitativas e estatísticas sobre a evasão no ensino superior. De forma geral, os resultados caminham na direção de apontar causas múltiplas, desde as dificuldades acadêmicas dos próprios alunos até as de caráter mais institucionais, passando por cobranças de implementação de políticas públicas voltadas para a questão da evasão.

É preciso destacar que Soely Aparecida Jorge Polydoro possui maior incidência de referências no conjunto da bibliografia: com sua dissertação intitulada: “Evasão em uma instituição de ensino superior: desafio para a Psicologia” (1995) e sua tese “O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: condições de saída e de retorno à Instituição” (2000).



Se considerarmos a discussão da avaliação institucional como instrumento de auxílio para a redução da evasão, percebemos que ela é ainda mais restrita que a própria discussão de evasão no ensino superior.

A dissertação de Polydoro (1995) apresenta um capítulo sobre a “Avaliação do ensino superior” na qual a avaliação institucional surge como opção de aprimoramento e organização deste. A autora afirma que os estudos de evasão no ensino superior surgem de forma sistemática no Brasil, como parte integrante dos procedimentos da avaliação institucional, sendo um dos indicadores do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) realizados por diferentes IES, especificamente as públicas. O seu marco formal se deu em fevereiro de 1995, com a realização do seminário sobre Evasão nas Universidades Brasileiras, promovido pela Secretaria de Educação e do Desporto (SESu/MEC). A fim de encontrar um conceito comum e analisar o fenômeno da evasão esse evento criou a “Comissão Especial de Estudo sobre Evasão” e uma metodologia a ser utilizada pelas IES para facilitar o levantamento de propostas e soluções que diminuíssem os índices de evasão observados (POLYDORO, 2000).

Para Cardoso (2008) esse seminário, por sua vez, chama a atenção para que a evasão e a retenção não sejam dissociadas do processo mais amplo da avaliação institucional. Entre várias questões, destaca o risco da existência de indicadores parciais do problema, que não contemplem as causas mais significativas da evasão nos cursos de graduação, ou as questões internas da instituição.

No momento, a análise sobre as dissertações e a tese da base BDTD estão em andamento e as duas autoras, que abordam a evasão da perspectiva da avaliação institucional são consideradas importantes, nas discussões mais recentes sobre o tema da avaliação.

## **Considerações Finais**

Estas análises preliminares indicam uma incipiente reflexão acadêmica sobre o tema pertinente à evasão no ensino superior e revela a existência de diferentes tipos de evasão, por exemplo, temporária, por falta de recursos financeiros e por dificuldade de acompanhamento acadêmico, que podem gerar dúvidas e informações contraditórias sobre o tema. Os estudos produzidos sobre o fenômeno da evasão apontam uma ausência de discussões mais aprofundadas, teóricas e metodológicas, que possibilitem esclarecer melhor a história e uma revisão bibliográfica desse fenômeno social que afeta a educação brasileira, porém permanece em grande medida invisível.

A avaliação institucional, por sua vez, segundo Dias Sobrinho (1995) “[...] ultrapassa largamente a mera medição ou quantificação e se esforça para compreender os significados das redes de relações cuja tessitura constrói a universidade”. Ou seja, pode colaborar na qualidade de ensino, tornando-se um dos meios de viabilização de avanços e mudanças na cultura acadêmica, seja no trabalho docente, na gestão das instituições, no combate à evasão, nas redefinições curriculares, entre outras dimensões da estrutura do ensino superior.



Dentre as várias razões para a ocorrência da evasão escolar, uma delas, pode estar relacionada diretamente à má qualidade de ensino oferecida pelas IES, provocando a perda definitiva do aluno. Para que haja melhoria nesse processo, podemos utilizar a avaliação institucional, ampliar as atividades ainda associadas aos campos de currículos dos cursos e de desempenhos dos docentes e discentes. Portanto, cremos na necessidade de se fortalecer as articulações entre avaliação institucional, evasão e qualidade de ensino, no sentido de haver uma maior explicitação e visibilidade do problema tanto em relação às discussões acadêmicas como em relação às políticas públicas educacionais.



## REFERÊNCIAS

- BARREIRO, I. M. F.; TERRIBILI Filho, A. Educação superior no período noturno no Brasil: políticas, intenções e omissões. *Ensaio: avaliação, políticas públicas na educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 81-102, jan./mar. 2007.
- BDTD, Banco digital Brasileiro de Teses e Dissertações. Disponível em: [http://bdtd2.ibict.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=82&Itemid=135](http://bdtd2.ibict.br/index.php?option=com_content&task=view&id=82&Itemid=135). Acesso em 10 ago. 2009.
- BOTH, I. J. Avaliação Institucional: agente de modernização administrativa e da educação. *Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES*, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 41-50, mar. 1998.
- CARDOSO, C. B. *Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão*. 2008. 123 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, DF, 2008.
- CORBUCCI, P. R. Financiamento e Democratização do Acesso à Educação Superior no Brasil: da deserção do Estado ao Projeto de Reforma. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-701, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2004.
- COSTA, M. C. C. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. São Paulo, SP: Moderna, 1987. 248 p.
- CUNHA, L. A. Ensino superior e Universidade no Brasil. In LOPES, E. M. T. *et al.* *500 Anos de Educação no Brasil - 2ª edição*, Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. 608 p.
- DI PIERRO, M. C. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. *Educação e Pesquisa*, v. 27, n. 2, p. 321-337, São Paulo, SP, 2001.
- DIAS SOBRINHO, J. *Universidade: processos de socialização e processos pedagógicos*. São Paulo: Cortez, 1995.
- FAVERO, R. V. M. Dialogar ou evadir: Eis a questão! Um estudo sobre a permanência e a evasão na Educação a Distância. 2006. 167 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2006.



FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, ano XXXIII, n. 79, p. 257-272, Campinas, SP, 2002.

GAIOSO, N. P. L. *O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil*. 2005. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2005.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS  
ANÍSIO TEIXEIRA. Disponível em:  
<[http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp?  
te1=31674&te2=120378&te3=149051&te4=147864&te5=150488&te6=32092&te7=38735](http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp?te1=31674&te2=120378&te3=149051&te4=147864&te5=150488&te6=32092&te7=38735)>. Acesso em: 20 ago. 2008.

HOFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, n. 55, p. 30-41, Nov/2001.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm). Acesso em: 22 ago 2008.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*, Petrópolis: Vozes, 2002. 80p.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*, v. 9, n.2, p. 191-211, 2003.

OLIVEIRA, D. A. Política Educacional e a Re-Estruturação do Trabalho Docente: reflexões sobre o contexto latino-americano. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 99, p. 355-375, 2007.

PINTO, J. M. R. O acesso à educação superior no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, SP, v. 25, n. 88, p. 727-756, 2004.

POLYDORO, S. A. J. *Evasão em uma instituição de ensino superior: desafios para a psicologia escolar*. 1995. 145 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, SP, 1995.



POLYDORO, S. A. J. *O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica no universitário: condições de saída e de retorno à instituição*. 2000. 167 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2000.

SILVA FILHO, R. L. *et al.* A evasão no ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, SP, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007.

SOUSA, E. M. C. *Orientação profissional nos cursos de graduação: contribuições e limites*. 2005. 68 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília. Brasília, DF, 2005.